



PROCESSO SELETIVO À MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNA – MOBIN 2018
FILOSOFIA – Área IV

Questão 25

O candidato é pouco explícito e não apresenta uma justificativa plausível sobre o objeto de seu recurso, mas iremos esclarecer a questão para que entenda que não cabe qualquer questionamento sobre a alternativa indicada como correta. A questão tem por base a análise de Hume sobre os objetos da razão humana, que consta em sua obra *Investigação sobre o entendimento humano* (seção IV, intitulada “Dúvidas céticas sobre as operações do entendimento”), que ele entende serem tais objetos de dois tipos: um referente às relações entre ideias e o outro referente às questões de fato. No caso da questão 25, quer se saber como Hume entende as questões de fato. Diz o filósofo que os primeiros (as relações entre ideias) pertencem às ciências da geometria, da álgebra e da aritmética, ou seja “toda afirmação que é intuitivamente ou demonstrativamente certa”. No caso das questões de fato, objeto da presente questão, elas “não são apuradas da mesma maneira e tampouco nossa evidência de sua verdade, por grande que seja, é da mesma natureza que a precedente. O contrário de toda questão de fato permanece sendo possível, porque não pode jamais implicar contradição, e a mente o concebe com a mesma facilidade e clareza, como algo perfeitamente ajustável à realidade.” (HUME, 2004, p. 53/54). Hume ao fazer tal distinção quer dizer que as relações entre ideias são verdades necessárias. É logicamente impossível a sua negação, ao passo que a verdade acerca das questões de fato depende do exame empírico, nesse sentido são contingentes e por isso, seu contrário é concebível, e, portanto possível; não envolvem contradição. A alternativa “E”, indicada pelo candidato, está errada porque os enunciados sobre questões de fato não são *a priori*, se o fossem seriam verdades necessárias, são *a posteriori*, ou seja, são dados pela experiência e nesse sentido, contingentes, por isto não implicam contradição. **Deste modo reafirmamos que a alternativa correta é a letra D.**

RECURSO IMPROCEDENTE

Questão 32

O candidato quer atribuir ao filósofo ideias que não lhes são próprias. Para Kant, ao contrário do que o candidato afirma, o sujeito moralmente considerado, não “pode seguir a lei dos seus instintos naturais ou de suas crenças”, conforme o candidato afirma, pois suas ações não podem ser fundadas nestes domínios, pois se assim o fossem não seriam consideradas ações legitimamente morais do ponto de vista racional. Por outro lado, o candidato não conseguiu perceber que Kant distingue as ações por dever das conforme ao dever. Na obra *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Kant afirma que o sujeito moral deve agir guiado pela razão, e, portanto, praticando sempre a moral do dever. E dever em Kant: “é a necessidade de uma ação por respeito à lei” (KANT, 2007, p. 31). Nesse sentido, o dever é a ação moral que a razão exige do sujeito mediante o uso de uma máxima que pode se tornar uma lei universal. Para se compreender o caráter dessa ação moral por dever, fundamentada em uma boa vontade, faz-se necessário distingui-la da ação conforme ao dever, que consiste em dissimular uma ação moral, onde todos pensam que o sujeito age guiado por sua razão, mas na verdade ele age por inclinações. Diz Kant: “Ser caritativo quando se pode sê-lo é um dever, e há além disso muitas almas de disposição tão compassiva que, mesmo sem nenhum outro motivo de vaidade ou interesse, acham íntimo prazer em espalhar alegria à sua volta e se podem alegrar com o contentamento dos outros, enquanto este é obra sua. Eu afirmo porém que neste caso uma tal ação, por **conforme ao dever**, por amável que seja, não tem contudo nenhum verdadeiro valor moral, mas vai emparelhar-se com outras inclinações, por exemplo o amor das honras que, quando por feliz acaso topa aquilo que efectivamente é de interesse geral e conforme ao dever, é conseqüentemente honroso e merece louvor e estímulo, mas não estima; pois sua máxima falta o conteúdo moral que manda que tais ações se pratiquem, não por inclinação, mas **por**

dever (KANT, 2007, p. 28, edições 70). Conforme o exposto, a alternativa “E”, apontada pelo candidato, está incorreta, pois afirma que a ação moral é praticada conforme o dever e não por dever, conforme Kant exige para que ela seja considerada moral. A explicação da Profa. Marilena, que o candidato cita, no final diz isto: “o motivo moral da vontade boa é agir **por dever**” e não em conformidade com o dever. **Reafirmamos que a alternativa correta é a “C”.**

RECURSO IMPROCEDENTE